EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e no art. 12, inciso I, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; Considerando os termos do Ofício nº 0183/2021-PRE, de 26 de maio de 2021, da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA, Considerando as informações e os documentos constantes do Processo nº. 2021/157147,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar os Vogais da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA abaixo relacionados:

Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará – FAMPEP

Titular: JOSÉ ARTHUR GUEDES TOURINHO

Suplente: JAYME JOSÉ PONTES FILHO

Art. 2º Nomear os Vogais da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA abaixo relacionados:

Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará – FAMPEP

Titular: JAYME JOSÉ PONTES FILHO

Suplente: MANUEL BRAGANÇA NOBRE

Art. 3º Os Vogais ora nomeados completarão o mandato dos Vogais substituídos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE JUNHO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Exonera e nomeia membros representantes do Grupo de Trabalho incumbido da elaboração de estudos para a alteração do Decreto nº. 1.935, de 6 de dezembro de 2017, instituído pelo Decreto nº. 427, de 4 de dezembro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto no Decreto nº. 427, de 4 de dezembro de 2019; Considerando as informações constantes do Processo nº. 2020/855144,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar os membros representantes do referido Grupo de Trabalho, a seguir relacionados:

I - Casa Civil da Governadoria do Estado

Leny Cruz Vianna Coelho

II - Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON

Nayara Barbalho da Cruz

III - Procuradoria-Geral do Estado – PGE

Ana Carolina Lobo Gluck Paul Peracchi

Art. 2º Designar para compor o Grupo de Trabalho incumbido da elaboração de estudos para alteração do Decreto nº. 1.935, de 6 de dezembro de 2017:

I - Casa Civil da Governadoria do Estado

Arthur Calandrini Azevedo da Costa

II - Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON

Rodrigo Garcia de Albuquerque Lima

III - Procuradoria-Geral do Estado – PGE

Carla Nazaré Jorge Melém de Souza

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE JUNHO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 135, inciso X, da Constituição Estadual; e Considerando a decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº. 000091072-2005.8.14.0200, a qual determinou a reintegração do militar estadual HUGO LEONARDO BARROS DE SOUSA às fileiras da Corporação no posto de Major PM;

Considerando as deliberações constantes na Ata de Reunião da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO/PM) – publicada no Boletim Geral Reservado nº. 049 de 2 de dezembro de 2020 – com o deferimento da promoção em ressarcimento de preterição do militar estadual HUGO LEONARDO BARROS DE SOUSA; Considerando o disposto no art. 12, da Lei 5.249, de 29 de julho de 1985, bem como o art. 6º. §3º c/c art. 32, incisos III e IV, ambos da Lei Estadual nº. 8.388, de 22 de setembro de 2016;

Considerando as informações constantes nos autos do Processo nº. 2020/63745 e os termos do Parecer nº. 746/2020 da Procuradoria-Geral do Estado e a manifestação nº. 026/2021-PGE,

D E C R E T A:

Art. 1º. O Aspirante-a-Oficial HUGO LEONARDO BARROS DE SOUSA fica promovido em ressarcimento de preterição, pelo critério de antiguidade, no QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES (QOPM) – COMBATENTES, aos Postos de:

I – 2º TENENTE QOPM, a contar de 25 de setembro de 2004;

II – 1º TENENTE QOPM, a contar de 25 de setembro de 2006;

III – CAPITÃO QOPM, a contar de 25 de setembro de 2012;

IV – MAJOR QOPM, a contar de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE JUNHO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição Estadual; e Considerando o disposto no art. 64, da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985, no art. 9º da Lei Estadual nº. 8.230, de 13 de julho de 2015, e no art. 3º, inciso III, do Decreto Estadual nº. 1.337, de 17 de julho de 2015;

Considerando as informações constantes no Processo nº 2021/290776, **D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica promovido, a contar de 4 de março de 2018, por ato de bravura, à graduação de 3º SARGENTO PMPA o policial militar CB PM RG 35994 RICARDO JÚNIO DOS SANTOS PEREIRA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE JUNHO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando a necessidade de cumprimento da decisão judicial proferida na ação ordinária, processo nº. 00046986-98.2012.8.14.0301, ajuizada por VALDIR MAIA TEIXEIRA;

Considerando os termos do Ofício nº. 000848/2021PGE-GAB-PCTA, de 17 de maio de 2021, constante no Processo nº. 2021/533664;

R E S O L V E:

Art. 1º O art. 1º do Decreto de 6 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nº. 31.931, de 7 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica promovido, por Ato de Bravura, em conformidade com o art. 64 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, art. 4º, item 3, §2º. da Lei Estadual nº. 5.250, combinado ao art. 8º e art 21, item 2, §1º e §2º, do Decreto Estadual nº. 4.242, de 22 de janeiro de 1986, a contar de 26 de novembro de 2007, o policial militar a seguir identificado:

- À graduação de 3º SARGENTO QPPM, o CABO QPPM RG 25388 VALDIR MAIA TEIXEIRA.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE JUNHO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará, e Considerando o Decreto Estadual nº. 892, de 11 de novembro de 2013, que regulamenta a convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada prevista no art. 105-A da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Pará);

Considerando os autos do Processo nº. 2021/552753,

D E C R E T A:

Art. 1º Convoco pelo período de vigência do Convênio nº 001/2018 – TJPA/PMPA, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Polícia Militar, não podendo exceder o prazo previsto em Lei de 2 (dois) anos, os Policiais Militares da Reserva Remunerada a seguir nominados, de acordo com §6º do art. 105-A da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985 (Estatuto dos Policiais Militares da PMPA), com a nova redação dada pela Lei Estadual nº. 7.730/2013:

SUB TEN PM RR RG 15124 CARLOS AUGUSTO VIEIRA RODRIGUES

1º SGT PM RR RG 14925 HELDO CAMPOS AMARAL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a contar da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE JUNHO DE 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará, e

Considerando o Decreto Estadual nº. 892, de 11 de novembro de 2013, que regulamenta a convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada prevista no art. 105-A da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Pará);

Considerando os autos do Processo nº. 2021/553057,

D E C R E T A:

Art. 1º Convoco pelo período correspondente à vigência do Convênio nº 01/2018 – TJPA/PMPA, limitado ao previsto no art. 105-A da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará), o Policial Militar da Reserva Remunerada a